

**A ONIPOTÊNCIA E SEUS PARADOXOS**

## OMNIPOTENCE AND ITS PARADOXES

**VITOR GRANDO DA SILVA PEREIRA (\*)**

(\*) Bacharel em Teologia (FABAT).  
Mestrando em Lógica e Metafísica  
(UFRJ). Áreas de atuação:  
epistemologia analítica e filosofia  
analítica da religião.

E-mail: vitor.grnd@gmail.com

**Resumo**

Neste artigo analisamos a coerência do conceito de onipotência, atributo tradicionalmente atribuído ao Deus das grandes tradições monoteístas. Inicialmente propomos uma descrição adequada do conceito para que, então, possamos analisar alguns paradoxos tradicionais que procuram demonstrar a suposta incoerência do conceito de onipotência. Em nossa análise, fazemos a distinção do (1) conceito de onipotência quando considerado isoladamente do (2) conceito de onipotência quando considerado em conjunto com os demais atributos tradicionais de Deus, porque a resposta aos paradoxos será diferente, a depender de estarmos considerando (1) ou (2).

**Palavras-chave:** Onipotência. Coerência do teísmo. Filosofia da religião. Atributos de Deus.

**Abstract**

In this paper we consider the coherence of the concept of omnipotence, an attribute traditionally ascribed to the God of the great monotheist traditions. We propose an adequate description of the concept so as to be able to consider some traditional paradoxes of omnipotence that challenge the coherence of this concept. In our analysis, we distinguish between (1) the concept of omnipotence considered by itself, from (2) the concept of omnipotence when considered conjoined with the other divine attributes traditionally ascribed to God, because the answer to the paradoxes will be different depending on (1) or (2).

**Keywords:** Omnipotence. Coherence of theism. Philosophy of religion. Divine attributes.

## 1 INTRODUÇÃO

Entre as objeções lançadas contra o teísmo num sentido geral, mais especificamente contra o teísmo cristão, estão as objeções que envolvem a crítica à *coerência* do conceito de Deus e de seus atributos, como a onisciência, onipotência, onipresença, simplicidade, asseidade, considerados tanto individualmente quanto na sua coerência conjunta. Torna-se fundamental, portanto, a reflexão filosófica sobre tais conceitos, para que possamos fornecer uma explicação filosoficamente coerente dos conceitos que o teísmo, em especial o teísmo cristão, atribui a Deus.

O conceito de onipotência é central a todos os monoteísmos – judaísmo, cristianismo e islamismo – e é um dos mais majestosos conceitos atribuídos a Deus. Majestoso e, talvez por isso mesmo, um dos mais problemáticos desses conceitos. Entende-se que tal poder se deriva não só do fato de constituir uma perfeição e, portanto, necessariamente pertencer a Deus, mas pela posição preeminente que Deus ocupa em relação a toda criação. Ele é o criador, sustentador da existência e aquele que confere às coisas criadas os poderes e limitações que elas têm. No entanto, o conceito de onipotência enfrenta ataques contra sua coerência. O Paradoxo da Pedra, que pergunta se Deus seria capaz de fazer uma pedra tão pesada que ele não pudesse levantar, é uma das clássicas objeções à coerência do conceito. Entretanto, ao que parece, tais problemas só se colocam em razão de possuímos uma compreensão filosoficamente pobre daquilo que acreditamos sobre a onipotência de Deus.

O Antigo Testamento atribui a Deus o título de *El-Shaddai*, o Corão lhe atribui o título de *Al-Aziz*, ambos com o sentido de Deus Todo-Poderoso. No entanto, o conceito de um ser todo-poderoso, onipotente, não é bem compreendido. Antes, uma compreensão equivocada do conceito é amplamente difundida como se onipotência fosse o poder bruto de fazer absolutamente tudo. Por mais piedosa que possa ser essa definição, ela é filosoficamente pobre em razão de sua vaguidade. A vaguidade dessa definição é que faz surgir sérias objeções. Poucos pensadores – talvez à exceção de Descartes – definiram onipotência dessa forma. A visão cartesiana é motivada pela reverente ideia de que Deus não pode ser restringido por qualquer coisa que seja – nem mesmo pelas leis da lógica. A maior parte dos filósofos e teólogos contemporâneos – senão todos - rejeita essa ideia, porque eles entendem que as leis da lógica não são

limitações genuínas, nem sequer chegam a ser realizações factíveis. Incoerências lógicas são impossibilidades intrínsecas, como veremos abaixo.

## 2 DEFININDO ONIPOTÊNCIA

Aqui, portanto, começa a nossa definição de onipotência. Contrariando essa muito difundida ideia, onipotência não é a capacidade de fazer absolutamente tudo, pois isso implicaria a capacidade de criar até mesmo contradições lógicas, coisas que fogem ao escopo do poder e, portanto, não são abrangidas pelo conceito. Deus, enquanto onipotente, pode realizar toda sorte de ações *logicamente* possíveis, ainda que *fisicamente* impossíveis. Desde que não contrarie a lógica, qualquer ação, por mais absurda que seja, pode ser realizada por um ser onipotente. Por exemplo, Deus pode tornar o Barack Obama presidente do Brasil em 2018; fazer a Terra parar de girar em torno do sol ou fazer um homem desafiar a gravidade e começar a levitar. Embora, naturalmente, tratemos tais coisas como impossibilidades, sejam físicas, sejam de outra natureza, não há nada que nos impeça de conceber um mundo onde tais ações sejam realizadas e, portanto, qualquer ser onipotente pode realizá-las.

Exemplos de contradições lógicas seriam, por exemplo, Deus fazer com que  $2+2=5$ , fazer um círculo quadrado ou tornar um número o presidente do Brasil; seria Deus criar o mundo sem que Ele mesmo existisse, predeterminar as ações livres de indivíduos ou talvez Deus mentir e ainda assim continuar sendo um Deus “que não é homem para que minta” (Nm. 23.19). Percebe-se intuitivamente que nada dessas coisas é factível. Para nos ajudar a esclarecer ainda mais o conceito, pensemos quanto de poder seria necessário para realizar qualquer dessas ações. Quanto poder seria necessário para tornar  $2+2=5$ ? Quanto de poder seria necessário para criar um círculo quadrado? Percebemos imediatamente que não há poder suficiente capaz de criar tal absurdo, pois tais coisas não estão sob o escopo criativo do poder. Deus possui todo poder que há e possa haver, mas nenhum poder pode criar uma contradição lógica. Portanto, concluímos que Deus não pode realizar contradições lógicas, porque tais coisas não estão entre aquelas que o poder pode fazer. Por isso, quando falamos de onipotência, não estamos falando da criação de contradições lógicas.

Interessa ao filósofo cristão notar que o termo lógica guarda relação etimológica com o termo grego *logos*. No prólogo do Evangelho de João, lemos que “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus [...] e o Verbo se fez carne e habitou entre nós.” (João 1.1-2, 14). Ocorre que a expressão grega traduzida por Verbo é justamente *logos*. Assim, o que o evangelista João está nos dizendo é que o *logos* – o princípio racional universal – é a segunda pessoa da Trindade e encarnou em Cristo, isto é, a natureza da lógica se encontra na pessoa de Jesus Cristo. A teologia do *logos* foi desenvolvida pelos teólogos patrísticos, tais como Justino Mártir, que afirmava que Cristo era a consumação daquilo que os gregos buscavam, de modo que se a lei veterotestamentária havia sido dada aos hebreus como um guia até Cristo, a filosofia cumprira a mesma função para os gregos. Pelo exposto, não seria correto considerarmos que a lógica é *externa* a Deus e que Ele lhe é sujeito, mas sim que as leis da lógica são a própria manifestação do raciocínio divino.

Considerando o exposto, poderíamos apresentar uma definição incipiente de onipotência filosoficamente coerente dizendo que determinado ser  $x$  é onipotente se, e somente se, for capaz de realizar qualquer estado de coisas logicamente possível. Assim, eliminamos as possíveis absurdidades derivadas de um conceito mal formulado.

Alguns filósofos podem sugerir que esse conceito ainda não é suficiente para definir onipotência, no entanto é suficiente para nossos propósitos, portanto vamos nos ater a esse conceito incipiente, deixando de lado discussões mais complexas por ora<sup>1</sup>. O que importa é mantermos em mente que o conceito de onipotência não sugere a realização daquilo que implique incoerências lógicas. Tendo chegado a uma definição de onipotência, podemos agora utilizá-la para tratarmos de duas objeções comuns à coerência do conceito.

### 3 PARADOXOS DA ONIPOTÊNCIA

#### 3.1 PARADOXO DA PEDRA

Considerando nossa definição, podemos agora enfrentar o Paradoxo da Pedra. Ao lado do Problema do Mal, tal objeção é uma das mais populares. Poderia Deus criar

---

<sup>1</sup> Para uma discussão mais exaustiva do conceito de onipotência, remeto o leitor ao artigo FLINT, Thomas; FREDDOSO, Alfred J. *Maximal Power*. In: CRAIG, William L. (Org.) *Philosophy of Religion: A Reader and Guide*. New Jersey: Rutgers University Press, 2002, p. 265-282.

uma pedra pesada o suficiente que ele mesmo não consiga carregar? É a pergunta que se coloca ao teísta.

Essa pergunta pressiona o teísta contra a parede, deixando-o aparentemente com um dilema (um falso dilema, pode-se dizer), a saber:

1. Deus não pode criar tal pedra e, portanto, não é onipotente.
- Ou,
2. Deus pode criar tal pedra e, portanto, não é onipotente.

Aparentemente, esse é um dilema com o qual o teísta se confronta, e qualquer possibilidade de resposta supostamente demonstra a incoerência do conceito. Filósofos teístas geralmente respondem negativamente ao paradoxo. No entanto, penso que antes é preciso esclarecer melhor o que se entende pelo paradoxo, porque há duas possibilidades de resposta ao desafio, a depender de como ele é formulado. (1) A pergunta pode ser formulada em relação a um determinado ser onipotente qualquer, ou (2) a pergunta pode ser formulada especificamente em relação a Deus. Na primeira, o que está em jogo é tão somente o conceito de onipotência quando considerado isoladamente. Afinal, é perfeitamente concebível um ser onipotente que não seja Deus<sup>2</sup>. Na segunda, o que está em jogo é o conceito de onipotência considerado quando atribuído a Deus em conjunto com o restante dos atributos tradicionalmente atribuídos a Ele.

Ao analisar esse paradoxo, Richard Swinburne, em seu livro *The Coherence of Theism* (1977/1993, p. 153-166), trata do primeiro problema. É logicamente possível, ele diz, que um determinado ser onipotente seja capaz de produzir um objeto tão pesado a ponto de ser impossível que ele o carregue. Portanto, ele responde afirmativamente ao paradoxo. A onipotência de uma pessoa inclui sua habilidade de deixar de ser onipotente, uma habilidade que ela pode escolher exercer ou não exercer. Tal pessoa pode perfeitamente permanecer onipotente eternamente, sem jamais colocar em prática sua habilidade de deixar de sê-lo. A presente análise de onipotência implica tão somente

---

2 É controverso se é possível haver dois ou mais seres onipotentes num mesmo mundo possível, no entanto é perfeitamente concebível a existência de um ser onipotente num mundo possível onde Deus não existe.

que um ser deve ser capaz de realizar um estado de coisas logicamente possível no tempo  $t$ , ainda que ao exercê-la ele deixe de ser onipotente num tempo posterior a  $t$ . Assim, a resposta de Swinburne é positiva e, como se vê, nisso não há qualquer implicação sobre a impossibilidade do conceito quando considerado isoladamente.

No entanto, a maior parte dos teístas acredita que Deus não só é onipotente como é *necessariamente* onipotente, i.e., um ser como Deus não pode não ser onipotente, já que onipotência constituiria um atributo necessário de qualquer ser que seja considerado Deus. Esse conceito é oriundo da chamada teologia do ser perfeito, que tem sua origem em Anselmo de Cantuária, que define Deus como o ser maior, e nenhum outro pode ser pensado maior do que ele (1973, p. 108). Sendo assim, os atributos de Deus devem ser considerados como possuídos necessariamente, haja vista que, se ele os possuísse somente contingentemente, não se enquadraria na definição anselmiana. Agora, se Deus é *necessariamente* onipotente, a resposta ao paradoxo tem de ser negativa.

No entanto, isso não implicaria um problema para a onipotência divina. A existência simultânea de um objeto inamovível (a pedra) e uma força necessariamente onipotente (Deus) é um estado de coisas logicamente impossível, portanto, não é algo que possa existir no mesmo universo. Ora, é impossível que exista um objeto inamovível, visto que existe um ser dotado necessariamente de um poder antecedente capaz de mover qualquer coisa. O interessante nessa visão é que é a própria onipotência divina que implica a impossibilidade lógica de tal pedra. No máximo o objeto pode ser fisicamente impossível de ser movimentado, mas não o é para um Deus onipotente, cujo poder excede – e antecede – qualquer outra coisa, ou seja, o poder de uma pedra não pode ser maior do que o poder do onipotente. Portanto, Deus não pode criar uma pedra cuja existência seja logicamente impossível.

Concluimos que essa questão é um problema lógico. Considerando-se tão somente um ser contingentemente onipotente, concordamos com Swinburne de que a resposta ao paradoxo é afirmativa. No entanto, tratando-se do Deus cristão, a resposta tem de ser negativa. É logicamente impossível a coexistência de uma pedra inamovível no universo em que existe um ser necessariamente onipotente, e criar tal inconsistência lógica não é uma questão de poder. Se o problema tiver coerência lógica, é possível para

Deus fazê-lo; caso contrário, nem Ele poderá fazê-lo, como é o caso do problema analisado.

### 3.2 DEUS PODE PECAR?

O Paradoxo da Pedra é a mais comum objeção à coerência do conceito de onipotência. No entanto, há problemas menores como a suposta acusação de impotência a Deus caso respondamos negativamente à pergunta sobre a possibilidade de Deus pecar. Essa objeção coloca em questão a coerência conjunta de dois atributos de Deus: sua onipotência e sua perfeição moral. Se admitirmos que Deus – sendo onipotente – tem o poder de pecar, então seremos obrigados a admitir que ele não é perfeitamente bom; se admitirmos que ele não tem o poder de pecar, então, supostamente, estamos admitindo sua impotência. Dessa forma, parece haver uma contradição entre dois atributos tradicionalmente atribuídos a Deus: a onipotência e a perfeição moral.

Em sua *Suma Teológica*, Tomás de Aquino analisa algumas objeções comuns à onipotência, e dentre elas coloca a seguinte:

Objecção 2: O pecado é um ato de determinado tipo. Mas Deus não pode pecar, nem negar a Si mesmo como é dito em 2 Tm 2.13. Portanto, ele não é onipotente. (POJMAN; REA, 2008, p. 265-266)

Aquino reconhece a dificuldade de se definir onipotência pelas dúvidas em torno do que se quer dizer com “todas” quando se diz que Deus pode realizar todas as coisas. Então, ele afirma que a compreensão do conceito é que Deus pode fazer todas as coisas possíveis; e por essa razão, Ele é chamado de onipotente. Entre essas coisas possíveis, ele coloca todas aquelas que não impliquem uma contradição em termos; ao passo que aquelas que implicam contradição não estão sob o escopo da onipotência, pois não têm o aspecto da possibilidade. É exatamente essa a definição a que chegamos no início deste artigo.

Ele responde dizendo que o pecado não é uma capacidade. Antes, o pecado é mais bem definido como uma incapacidade, pois pecar é “falhar em realizar uma ação perfeita”. Portanto, ser capaz de pecar é ser capaz de fracassar, coisa que é contraditória com o conceito de onipotência. Em sendo assim, Deus não pode pecar, justamente em razão de ser onipotente.

No entanto, *data venia* ao mestre de Roccasecca, não parece certo dizer que a onipotência por si só implique a incapacidade de pecar. Por que pensar que a capacidade de enganar perfeitamente de modo a alcançar seus intuitos seria uma forma de *fracasso*? Por que pensar que eliminar uma vida para com isso alcançar os propósitos egoístas do ser onipotente seria uma espécie de fracasso? Parece-me claro que um ser onipotente deve possuir esse poder.

Novamente, parece que Aquino erra por tentar defender a onipotência de Deus sem a devida distinção entre o conceito de onipotência considerado isoladamente e o conceito em conjunto com os demais atributos divinos. No anseio por defender a coerência dos atributos conjuntos de Deus, parece-me que Aquino acaba por impor, sobre o conceito de onipotência isoladamente considerado, restrições que não lhe pertencem.

Agora, se admitimos que um ser onipotente pode pecar, teremos um problema ao considerarmos esse conceito quando atribuído a um Deus dotado de perfeição moral. Se dissermos que Deus pode pecar, aparentemente teremos de concluir que ele não é moralmente perfeito; se dissermos que ele não pode pecar, teremos de concluir que ele não é onipotente. Assim, temos um aparente conflito quanto à coerência do conceito de Deus.

A solução deste paradoxo está na admissão de que Deus possui o poder de pecar, no sentido de que ele de fato possui todo o poder necessário para atualizar qualquer estado de coisas logicamente possível, independentemente do valor moral do ato. Todavia, dessa admissão não decorre que ele *seja capaz de* nem que ele *vá* pecar, porque as ações possíveis de um indivíduo passam, antes de serem realizadas, pelas considerações de sua vontade. Não é difícil imaginarmos uma dezena de ações as quais teríamos pleno poder de atualizar, mas que ainda assim diríamos que somos *incapazes* de fazer. Quando usamos o termo *capacidade* nesse sentido, não o estamos utilizando no seu sentido denotativo oficial. Antes, estamos lhe atribuindo um sentido que prescinde da noção de capacidade enquanto *poder de fazer*. Mas estamos atribuindo ao termo um sentido conotativo absolutamente distinto, mais ligado à qualidade moral do que aos poderes de determinado indivíduo. Estamos dizendo, na verdade, que para o indivíduo incapaz nesse sentido específico a potência para o mal jamais se tornará em

ato. Qualquer indivíduo adulto em plenas condições tem todo o poder necessário para realizar brutalidades, tais como um assassinato ou o estupro de uma criança. No entanto, por mais que isso seja perfeitamente razoável de se admitir, ainda assim todos nós conhecemos (e somos, assim espero) pessoas que diríamos serem *incapazes* de realizar tais brutalidades. Isso não se dá por qualquer falta de poder, mas sim porque tais ações jamais estariam entre nossas volições em razão de nosso senso moral. O que nos diferencia de um assassino não é o poder de realizar o ato, mas nosso senso moral aprimorado, que impossibilita que tal potência se torne ato. Se isso é válido para nós, seres humanos, *a fortiori* é válido para qualquer ser moralmente perfeito. Portanto, embora Deus tenha toda a potência de atualizar uma ação pecaminosa, ele *jamais* seria capaz de atualizá-la, já que tal coisa jamais poderia estar no âmbito de suas volições, tendo em vista sua perfeição moral.

#### 4 CONCLUSÃO

Não se pode fazer alvo de ataques uma definição popular de algum conceito que queremos criticar, pois o leigo não tem interesse nem ferramentas para compreender as sutilezas da filosofia. Ao analisarmos o conceito de onipotência, como foi feito neste artigo, parece ter ficado evidente que o conceito possui suficiente coerência lógica para ser considerado um conceito válido considerado tanto isoladamente quanto em relação a um ser como Deus. A definição de onipotência desenvolvida aqui ignora questões mais complexas como se um ser onipotente é capaz de realizar um estado de coisas logicamente possível no passado, por considerar que a definição proposta é suficiente para os problemas tratados aqui. Para discussões mais definitivas, o leitor é remetido à bibliografia, em especial ao artigo de Flint e Freddoso.

#### REFERÊNCIAS

AQUINO, Tomás de. *Is God's Power Limited?* In POJMAN, Louis; REA, Michael. *Philosophy of Religion: An Anthology*. Belmont: Thomson Wadsworth, 2008, p. 265-266.

CANTUÁRIA, Anselmo de. *Proslógio*. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1973.

FLINT, Thomas; FREDDOSO, Alfred J. *Maximal Power*. In CRAIG, William L. (Ed.) *Philosophy of Religion: A Reader and Guide*. New Jersey: Rutgers University Press, 2002 p. 265-282.

MAVRODES, George. *Some Puzzles Concerning Omnipotence*. In POJMAN, Louis; REA, Michael. *Philosophy of Religion: An Anthology*. Belmont: Thomson Wadsworth, 2008 p. 267-268.

MORRIS, Thomas V. *Our Idea of God: An Introduction to Philosophical Theology*. Illinois: InterVarsity Press, 1991.

MURRAY, Michael; REA, Michael. *Introduction to the Philosophy of Religion* (Cambridge Introductions). New York: Cambridge University Press, 2008.

SWINBURNE, Richard. *The Coherence of Theism*. New York: Oxford University Press, 1993.